
MENINAS DA PERIFERIA: PERCEPÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM BAIROS PERIFÉRICOS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES-RO

GIRLS OF THE PERIPHERY: SUBJECTIVE PERCEPTIONS OF STUDENTS ON GENDER RELATIONS IN PERIPHERAL NEIGHBORHOODS OF MUNICIPALITY OF ARIQUEMES-RO

Danúbia Zanutelli Soares¹
Claudia Cleomar Araújo Ximenes Cerqueira²

RESUMO: O estudo teve como tema as relações de gênero em alguns bairros periféricos do Município de Ariquemes, Rondônia-Brasil, que são razões de inquietudes em estudantes adolescentes que vivem nessas comunidades. As percepções subjetivas em cada uma delas a partir de suas experiências e do que observam nos ambientes em que (con) vivem afirma tanto as desigualdades existentes entre os gêneros masculino e feminino, quanto à insatisfação resultante desse processo. A pesquisa é de natureza qualitativa, com uso do método fenomenológico, e na aplicação de questionário aberto. O método e as metodologias nos possibilitaram concluir que as diferenças sociais existentes entre os gêneros, faz com que as adolescentes planejem suas vidas visando independência financeira como o passaporte para a não subordinação. Ademais, a partir do que vivenciam projetam seus caminhos futuros, baseados nas considerações sobre a necessidade da equidade de gênero e do respeito ao ser humano.

Palavras-chave: Gênero. Subjetividade. Adolescentes. Estudantes. Periferia.

ABSTRACT: This study was carried out on gender relations established in some low-income communities in Ariquemes city, State of Rondônia-Brazil. Based on that, certain concerns about these relations have raised among teenage students who live in these communities. Subjective perceptions of their experiences and all that can be observed around the environment where they live together revealed both gender-based inequality and dissatisfaction with this process. It was conducted a qualitative research and phenomenological method by applying an open questionnaire. Both method

1 Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGENERO. E-mail: danubia_zanutelli@hotmail.com.

2 Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia - GOT- Amazônia. E-mail: profa.ximenescerqueira@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2020 e aceito para publicação em setembro de 2020.

and approaches allowed us to conclude that social differences between male and female ensure that girls plan their financial lives in order to be independent, which is seen as a passport to a non-subordination life. In addition, it is noted that their future is planned according to their life experiences, focused on what matters most: gender-based equality and respect for the human being.

Keywords: Gender. Subjectivity. Teenagers. Students. Working-class suburbs.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em gênero defende-se o estudo de todos os sujeitos que compõem a sociedade, independente de sua condição sexual, uma vez que participam do processo de produção e construção do espaço geográfico. Nesse contexto, o estudo de gênero não se resume apenas a análise do comportamento feminino e/ou masculino, mas ao estudo do homem e da mulher: heterossexual, homossexual, transexual, bissexual, por exemplo. As relações estabelecidas entre os mesmos possibilitam inúmeros estudos, frente às situações vividas e observáveis na sociedade.

No presente estudo, o enfoque está centrado nas relações entre o gênero masculino e feminino, percebidas a partir da vivência de 28 adolescentes, estudantes, residentes em bairros periféricos e em zonas próximas a essas áreas, localizado no município de Ariquemes, Rondônia-Brasil, na Amazônia Legal. Alguns bairros são marcados por altos índices de criminalidade, pela presença de pessoas com poucos recursos financeiros, moradias precárias, problemas de ordem ambientais e falta de infraestrutura pública.

As diferenças sociosaciais experimentadas pelos corpos femininos e masculinos é uma realidade presente em todas as sociedades do território brasileiro, e motivo de insatisfação entre as estudantes, perceptível através dos discursos. Apesar das leis defenderem os mesmos direitos para ambos os gêneros, perdura em muitas comunidades costumes e tradições, fruto da herança patriarcal, a ideia de superioridade do gênero masculino em detrimento ao gênero feminino. Tais arquétipos evidenciam que há muito a avançar, para de fato se chegar à equidade de gênero.

As atividades praticadas por cada indivíduo no espaço doméstico, a definição da mulher pelas roupas que usam, os comportamentos tidos como ideais a figura feminina, as disparidades em relação ao gênero masculino e os padrões estabelecidos dentro do próprio lar e na comunidade, foram observados e descritos pelas estudantes, o que possibilitou a realização do estudo e a análise das condutas que as famílias estabeleceram no recinto doméstico e na criação dos filhos, em que se pesem as considerações da sociedade em relação à mulher e ao homem.

Geógrafas feministas e sociólogas foram de suma importância para a construção teórica do estudo, com análise na definição de gênero sob as considerações de Joan Scott, Simone de Beauvoir, Nancy Fraser, Raewyn Connell e Rebeca Pearse. O estudo do gênero para a construção da identidade feminina no Brasil teve como referência autoras como Joseli Maria da Silva e Suzana Maria Velada da Silva. O filósofo e historiador Michel Foucault conduz este estudo a percepção dos corpos enquanto sexo e não enquanto sujeitos.

O entendimento do espaço geográfico leva em consideração suas diferentes nuances a partir do poder econômico da população e, por conseguinte, a delimitação resultante desse processo, está embasada em estudos de David Harvey e Milton Santos. Apesar de ambos os autores não incluir as relações de gênero em seus estudos, os mesmos descrevem os espaços periféricos, como lugares definidos por questões culturais enraizadas nas sociedades e perpetuados por anos, a partir do preconceito e segregação, sobre aqueles que ocupam os locais.

Como metodologia foi utilizada o método Fenomenológico baseado na obra “Fenomenologia da Percepção” de Maurice Merleau-Ponty (1999) e aplicação de questionário aberto. A subjetividade é dotada de grande poder, portanto, propõe-se a utilização dessa subjetividade não pelo bem de um grupo, senão pelo conjunto. Ir além do material é importante, assim como ir além do que é proposta como verdade absoluta e/ou uma ideologia dominante. Precisamos desconstruir toda e qualquer forma de preconceito e padrões pré-existentes que atingem a nossa sociedade, tendo em vista a valorização de todos enquanto sujeitos de direitos iguais.

Os indivíduos, de certa maneira, são produtos dos ambientes onde (con) vivem, isto é, a probabilidade de serem influenciados por suas experiências quando crianças ou adolescentes, na fase de construção do caráter humano, são grandes e faz toda diferença no futuro. Tal é o caso dessas estudantes adolescentes, que através de suas experiências presentes e ao longo do processo formativo, construirão seus futuros. Diante disso, são necessárias que os debates ocorram em consideração as inquietações dos sujeitos que ocupam as sociedades e constroem os espaços humanamente habitados.

ESTUDO DE GÊNERO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NO BRASIL

Se na hodiernidade estudos sobre gênero são crescentes, até o século XVIII falar sobre o termo soava como violação de leis ou normas. O discurso era limitado aos interesses dos governos e respaldado sobre o que de fato era necessário. Segundo Foucault (1988, p. 35) “[...] urgências de natureza econômica, utilidades políticas — poderiam suprimir essa interdição e possibilitar alguns acessos ao discurso sobre o sexo, mas sempre limitados e cuidadosamente codificados”. O sexo ao qual cada indivíduo pertencia ou se autodeclarava o conduzia a proibições, a invisibilidade e ao silêncio. Ainda de acordo com o Foucault (1988) pronunciar a repressão realizada pela sociedade em função do sexo era como infringir as regras, conduzia o sujeito à vergonha e repugnância.

Salutar dizer que o estudo de gênero não se limita ao estudo da mulher e do homem na sociedade, mas também a grupos vistos sob condições sexuais diferentes ao sexo masculino e feminino heterossexual. Nesse sentido, no estudo de gênero se encaixa a população transexual, travestis, transgênero entre outros grupos. Não é o estudo do corpo como forma biológica, mas a proporção social e cultural a partir da diferença entre os sexos. O explícito direcionamento ao estudo desses grupos na sociedade como construtores e transformadores, e, portanto, seres sociais, que deveriam ter os mesmos direitos e deveres, nascem a partir de lutas de feministas, estudiosas e cientistas europeias, que na academia científica, apontavam a necessidade da luta por mudanças para as mulheres, considerando-se o ambiente ao qual partilhavam.

Connel e Pearse (2015) afirmam que no decorrer da história os movimentos feministas e gays, existentes nos anos 1960 a 1970 foram de suma importância, apesar de não atingirem os objetivos políticos, alcançaram enorme impacto cultural. Com isso despertou o interesse pelo conhecimento acerca de situações conhecidas e principalmente de ações voltadas a esse campo. Contexto este analisado sob um enfoque global no tocante ao debate e estudo do tema. Nancy Fraser (2007) caracteriza esses movimentos feministas como a segunda onda do Feminismo, que no período pós-segunda guerra tinha como foco de estudos as sociedades e suas estruturas sociais.

O feminismo deve ser entendido como um movimento que busca a equidade de direitos entre todos aqueles que constroem e compartilham o espaço geográfico. Através destes movimentos é que se puderam analisar as diferenças existentes entre os gêneros, debater tais relações e lutar pela igualdade de direitos (SILVA, 2013). Obvio que essas disparidades eram vistas e até tidas como normais para a própria mulher, criada dentro de um sistema de subserviência e do patriarcado. Porém, necessário pontuar que os debates de mulheres opostas a essas situações, independente da corrente ideológica ou teórica pertencentes, conduziram aos caminhos construídos na contemporaneidade.

Estudos de feministas foram responsáveis pela designação e propagação do termo “gênero”, como forma de analisar o caráter social das relações humanas baseadas no sexo. Para a historiadora Joan Wallach Scott (1995), uma das pioneiras no estudo de gênero, havia um equívoco no emprego do termo, principalmente por historiadores e historiadoras não feministas, que além de apontar a designação da palavra como o estudo das mulheres, defendia que estes deveriam ocorrer separados do contexto econômico e político de qualquer organização espacial. O mundo da mulher é também o mundo que o homem vivencia, nesse sentido, no estudo de gênero é inaceitável o estudo de apenas um sexo.

Para a geógrafa brasileira Joseli Maria da Silva (2009a, p. 84) gênero é “Uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços”. As diferenças vão muito além da estrutura corporal do homem e da mulher e respingam nas complexas relações estabelecidas por estes nas sociedades, sejam elas culturais baseadas nas relações de superioridade masculina, bem como na sexualidade exercida por estes nos grupos e lugares onde vivem.

As considerações de Silva (2009a) corroboram com as afirmações de Connell e Pearse (2015, p. 32) de que “Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É tornar-se; é uma condição ativamente em construção”. Tal afirmação reforça a discussão de que a questão do gênero é uma construção humana, não é definido com o nascimento de cada ser, mas sim um tornar-se, diríamos um dever, algo que depende dos seres sociais, e que pode ser influenciado ou reprimido, de acordo com as comunidades ou locais onde cada indivíduo está inserido.

Em muitas sociedades a mulher é ainda tida como um ser secundário, que exerce atividades irrelevantes à construção econômica local. Em contrapartida, comum o homem se autoconsiderar e ser considerado como figura central dentro das organizações sociais e econômicas. Isso demonstra que, apesar dos ganhos obtidos no decorrer de algumas décadas, no qual a mulher passou a conquistar o seu espaço, há um longo caminho a ser percorrido com foco na construção de uma sociedade onde o gênero não seja condição para tornar o ser humano agente passivo ou ativo, de piadas, exclusão, preconceito e violência.

Entre as disparidades, observadas entre ambos os gêneros, está à subserviência da figura feminina em relação à figura masculina, sustentado durante tanto tempo na comunidade ocidental. De acordo com Bourdieu (2002, p. 20) isso exemplifica a existência de duas classes de *habitus* “[...] sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípio de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis a oposição entre o masculino e o feminino”. As condutas masculinas pouco eram questionadas, tipificadas ainda como “coisas de homem”. Ainda segundo Bourdieu (2002) à mulher cabia zelar pela virilidade do homem, cuidar do espaço para sua realização sexual, seu próprio corpo. Para o autor,

A moral feminina se impõe, sobretudo através de uma disciplina incessante relativa a todas as partes do corpo e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes e aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade feminina e masculina se inscrevem assim, sob a forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalidade de uma ética [...]. [...] a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curvar-se e de se submeter nas posturas curvas flexíveis e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher (BOURDIEU, 2002, p. 20).

A representatividade dos espaços nos corpos, que apesar de transportar elementos dos locais vividos e vivenciados não devem ser considerados meros reprodutores do que experiencializam, mas representar a luta e oposição às condutas impostas pelo sistema. Nesse sentido, o “corpo” não é algo pronto e acabado, mas em constante processo de construção e passível a transformações sempre que posto a novas experiências. Corpos femininos e masculinos desempenham papéis distintos não somente fisiologicamente e biologicamente.

Necessário considerar, que se na contemporaneidade assistimos a atos de machismo e de violação do direito da mulher, isso era ainda mais fervorosos anos atrás. Entretanto, o direito a construção da identidade feminina e o reconhecimento desta como Ser ativo na sociedade só foi possível devido à coragem de romper com um sistema de dominação, tido como comum e aceitável, ao qual cada país viveu, e que ainda perdura. No Brasil, a luta de mulheres para exercer a cidadania através do direito ao voto em 1891, século XIX, marca o início dos movimentos feministas, em prol dos direitos da mulher.

No século XX esses movimentos se acentuaram e ganharam maior expressividade, fundada em 19 de agosto 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), na época tinham como principais reivindicações o direito ao voto e a participação da mulher no mercado de trabalho, sem a necessidade da permissão do marido. Antes da fundação da FBPF, existiu a Liga para Emancipação Feminina fundada por Bertha Lutz em 1919, que após o contato com sufragistas no continente europeu e nos Estados Unidos articulou a Federação (WASZAK, 2015). No mesmo ano foi organizado a I Conferência pelo Progresso Feminino, teve como objetivo discussões acerca do voto feminino e as condições de trabalho da mulher (SOUZA; SOMBRIO; LOPES, 2005).

Em 1932 foi reconhecido o direito da mulher ao voto através do Decreto Nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que constituía o código eleitoral. O Art. 2º do referido decreto afirmava ser eleitor todo “[...] cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932). Bertha impulsionou outras mulheres na luta pelos seus direitos e se tornou um dos principais nomes do movimento feminista no Brasil. As lutas tímidas após o período de extinção do FBPF se perpetuaram até a década de 1980, quando o governo federal, a partir dos movimentos feministas ativos, criou em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher era vinculado ao Ministério da Justiça e de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres - SPM tinha como objetivo “[...] promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (BRASIL/SPM, 2018). Os movimentos feministas foram importantes não somente para a discussão da condição da mulher na sociedade brasileira, como também para impulsionar os estudos de gênero. Era levado em consideração tanto a condição da mulher, como as relações sociais e culturais estruturados a partir dos padrões tidos como heteronormativos.

Simone de Beauvoir (1970, p. 163) no fim do século XX afirmava que “Os países latinos, como os países orientais, oprimem a mulher pelo rigor dos costumes mais do que pelo rigor das leis”. Essa afirmação se enquadra no cenário vivenciado por mulheres brasileiras, que mesmo com os seus direitos garantidos em leis, na prática cotidiana são pressionadas a seguir condutas impostas, além de serem julgadas por suas atitudes enquanto mães, esposas e filhas, por exemplo. No mercado de trabalho, em cargos de melhor remuneração e chefia, é ainda na contemporaneidade, menor do que a participação masculina.

Tais discussões ganham atenção das academias científicas que passam a analisar a maneira como o ser humano se relacionava no espaço geográfico, em vista a sua condição sexual e as relações de poder, historicamente dado à figura masculina heterossexual, sob suas diversas formas. Foucault (1988) salienta que pesquisadores, principalmente da área das ciências humanas e sociais levantam na década de 1980, a bandeira de militância acerca do tema. A partir do movimento feminista, se quebra paradigmas, na tentativa de promover uma sociedade mais justa e igualitária, baseada na garantia da dignidade humana através da igualdade de direitos. Deixa de ser o sexo, um ponto de exclusão, subordinação e silêncio dos sujeitos.

Desde a década de 1980 e 1990, a geografia enquanto um campo científico de estudos e pesquisas se debruça em analisar e entender o processo de relações humanas num contexto social, econômico e cultural. Dessa forma, todos os espaços e todos os problemas resultantes das relações sociais são objetos de estudos e tidos como necessários à geografia. Respalado nesse entendimento, encontram-se os suportes necessários à concretização da pesquisa, advindas das inquietações observadas e vivenciadas por estudantes adolescentes em suas comunidades. Salutar dizer que as disparidades entre os gêneros, não são características típicas dos bairros onde as adolescentes residem, entretanto, a opção foi de caracterizar o lugar por de fato constituir a realidade das meninas.

AS MENINAS NAS PERIFERIAS DE ARIQUEMES-RO: SUBJETIVIDADES E PERCEPÇÕES

Caracterizar uma área periférica pode se tornar complexa e contraditória, porque em alguns lugares, bairros afastados do centro urbano, onde há maior concentração de comércios e órgãos do poder público, maior movimentação de pessoas e centralização de renda, são consideradas zonas periféricas. Entretanto, isso não é uma regra em todas as partes de uma cidade. Há bairros, que possuem as mesmas características quanto à localização em relação àqueles considerados periféricos e não são assim classificados. O que leva a constatação que a localização geográfica não é o fator principal, mas sim o poder aquisitivo da maioria das pessoas residentes nesses espaços, bem como, as infraestruturas urbanas existentes nos locais, para serem ou não classificados como áreas periféricas.

Harvey (2004, p. 114) afirma que “Os desenvolvimentos geográficos desiguais produzem todo tipo de resultados não pretendidos tanto para o projeto capitalista como para o socialista”. É na periferia que se concentra a maior parte da população que possuem o menor poder aquisitivo, bem como, na grande maioria das cidades, os maiores índices de problemas sociais, a exemplo da violência, comercialização e uso de drogas, exploração sexual, e principalmente, falta de investimentos do poder público.

Pode-se considerar as áreas periféricas como espaços geográficos desiguais, e muitas vezes tornam-se locais de exclusão e segregação social, em todos os estados e cidades brasileiras, e fora das fronteiras dessa nação. Não é um fenômeno recente e sim construído

ao longo de anos concomitante ao próprio surgimento das cidades. Caracterizado pelo processo de enraizamento cultural na exclusão de alguns grupos de pessoas, classificados pela classe social ao qual pertencem, bem como pela cor, cultura e etnia.

Na contemporaneidade isso é perceptível, pelas informações disponíveis nos meios de comunicação e pelo acesso a essas comunidades. Entretanto, nesse processo, cada bairro constrói identidades que os diferenciam de outros. Excluídos ou não, possível observar na própria construção geográfica do lugar, característica sociais daqueles que ali residem, aprofundadas pelo modo de vida e pela cultura da população. Como já considerava Milton Santos (2006) ao afirmar que as formas espaciais e seus conteúdos são realizados pela sociedade, ou seja, pelos seres humanos. É como se esses espaços tivessem vida, resultantes de inúmeros sujeitos que neles habitam.

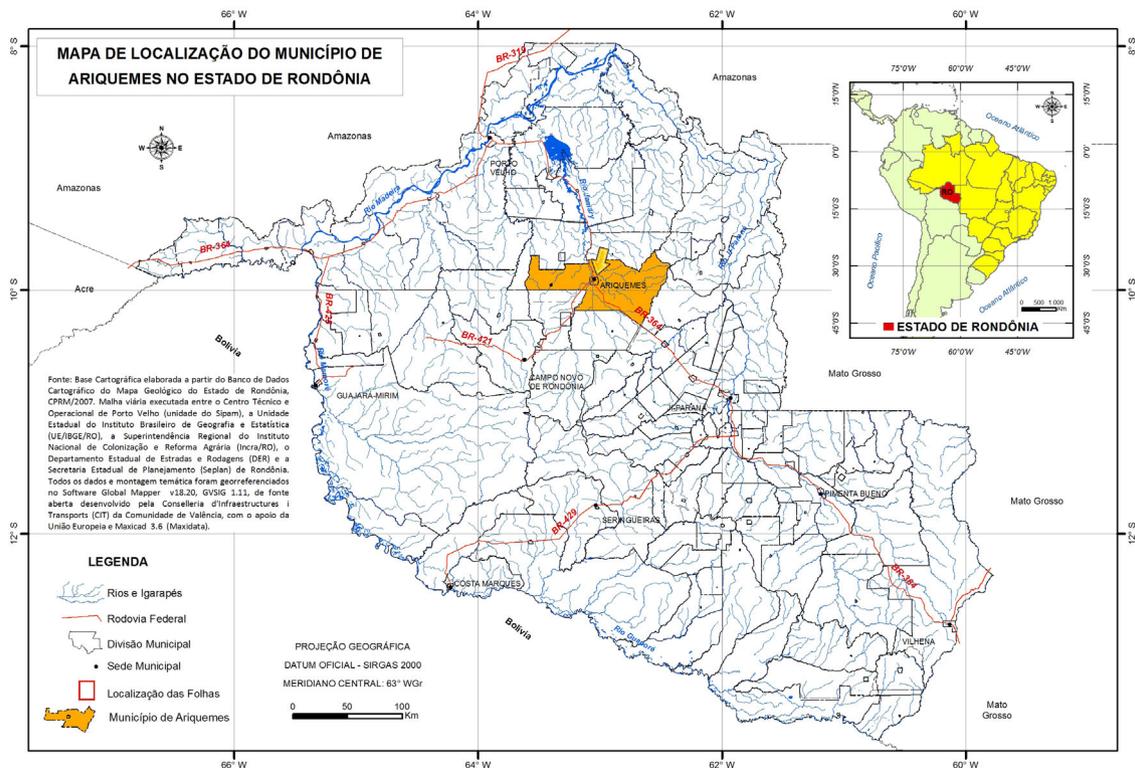
De acordo com Milton Santos (2006, p. 71) “Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo”. Rua por rua, é possível analisar diferentes contextos estruturais, econômicos e sociais, característicos de cada lugar, mesmo localizados na circunscrição de uma área periférica. Assim, constatamos outro fenômeno: o entrecruzar das diferenças que juntas (re) criam os espaços vivenciados.

Se compreender a organização espacial é algo desafiador, analisar as relações de gênero, em especial a construção da identidade feminina nesses espaços requer sensibilidade e atenção. Para tanto, no estudo, foi necessário à aplicação de técnicas que extraíssem subjetividades, na tentativa de compreender como as adolescentes se observam nas comunidades onde (con) vivem. Foi levada em consideração a relação familiar baseada na convivência entre os gêneros feminino e masculino, os papéis e atividades que cada grupo desempenha. Posterior, através de suas experiências, a maneira como percebem essa relação fora do lar, ou seja, nas ruas dos bairros.

Harvey (2004) apontava para uma ordem cultural e política no qual o outro pudesse ser moldado de maneira a se adaptar aos interesses particulares. Esse apontamento, possibilitado por estudos realizados pelo autor que levou em consideração os seres humanos e os espaços ocupados, vai ao encontro da percepção que as adolescentes têm sobre suas famílias e sobre a sociedade, de impor padrões tidos como corretos ou aceitáveis baseado na cultura sobre os corpos femininos e masculinos.

A Fenomenologia da Percepção do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1999) conduziu a reflexão sobre gênero muito mais do que em um simples espaço de localização, geometricamente falado. O método possibilita o conhecimento do mundo vivido, sentido e imaginado pelo outro, nesse contexto, possível afirmar que o uso do mesmo conduz o pesquisador a olhar para o interior de um mundo que não o seu. Ainda que esteja em uma mesma porção territorial que o fenômeno e/ou indivíduo pesquisado, por vias de percepção. A utilização do método fenomenológico, baseado na obra de Merleau-Ponty, proporcionou condições de entender as dificuldades dessas adolescentes, que muitas vezes são subjugadas pelo gênero masculino, bem como pelo gênero feminino, limitando a elas o poder de tomada de decisões sobre suas vidas e, por conseguinte, interfere no processo de formação subjetiva.

Tal estudo vai ao encontro do que Silva (2013) defende como papel da ciência geográfica, como um importante meio de entender o mundo. Entretanto, esse entendimento se torna mais completo quando as relações sociais constituídas no espaço geográfico, permeado por seres humanos de sexo e gênero, são também alvos de estudos. Sobretudo, quando as diferenças biológicas e culturais forem utilizadas para classificar os seres humanos que compartilham esses espaços. O município de Ariquemes (Figura 1) está localizado no estado de Rondônia, região norte do Brasil, na Amazônia Legal.



Fonte: SOARES *et al.* (2018, p. 71).

Figura 1. Mapa de localização do Município de Ariquemes-Rondônia e no Brasil.

Situado a cerca de 200 km da capital do estado, Porto Velho, é na contemporaneidade a 3ª maior cidade do estado em número de habitantes, com uma população estimada em 106.168 pessoas, que ocupam uma área de 4 426,571 km² (IBGE, 2019). A rodovia BR-364 é a principal via de acesso ao município, e possibilitou seu surgimento. O nome da localidade é uma homenagem à etnia indígena “Arikeme” que habitava o local.

A economia do município está ligada ao setor primário da economia, sobretudo as atividades de agropecuária, com destaque na produção de tabaqui em cativeiro, não só no estado de Rondônia, mas a nível nacional. O setor terciário é também outro elemento que possibilita ao município crescimento econômico vertiginoso, definindo-o como uma área de atração populacional oriundo de municípios adjacentes, que visualizam na cidade, condições de mudança de vida. Ademais, a estrutura física do município faz com que habitantes de outros municípios, sobretudo do Vale do Jamari, busquem por atendimentos em hospitais e outros serviços não encontrados em seus municípios.

A pesquisa contou com a participação de 28 adolescentes com faixa etária entre 13 e 15 anos de idade, que voluntariamente aceitaram participar do estudo. As adolescentes residem nos setores e/ou bairros: setor 09, setor 10, setor 12, bairro Jorge Teixeira, bairro Jardim Nova República, bairro Jardim das Flores, bairro Jardim das Palmeiras e bairro Jardim das Pedras. Necessário salientar, que em alguns desses bairros ou setores, há contrastes de realidades marcadas pela caracterização (ou não) como zonas e/ou ruas periféricas, portanto, não como uma condição de toda a delimitação territorial de cada setor.

No que concerne ao grupo pesquisado residente no município de Ariquemes, pode-se afirmar que a construção familiar das mesmas é heterogênea, a maioria das adolescentes divide

o espaço doméstico com o pai, mãe e irmãos. A formação familiar composta por padrasto e madrasta é comum, e não foi relatado qualquer problema em relação a isso. Entretanto, há grande parcela que residem com a mãe e os avós, outras somente com a mãe ou com o pai, dividindo os dias do ano entre a residência do pai e da mãe. Algumas estão separadas de seus irmãos, que moram com outros parentes. Essa situação é relatada com infelicidade por não ter uma moradia fixa e principalmente, por conviver em ambientes no qual os irmãos não podem estar juntos.

Para análise dos dados iremos trabalhar as relações de gênero compreendidas pelas meninas, resultantes do interior do lar, e posteriormente, em relação ao bairro ao qual vivem, ou seja, as concepções externas a residência. Observou-se que há diferenças entre esses dois ambientes sobre a maneira como meninas e meninos são criados e definidos, a partir de suas ações, comportamentos, modo de se vestir e locais que frequentam. Isso é sinônimo de desconforto e ao mesmo tempo inquietude para essas adolescentes que desde cedo compreendem as diferenças, hierarquias impostas, e os papéis dados às pessoas de acordo com o gênero que pertencem. Optou-se por colocar as iniciais dos nomes das discentes e a idade, como forma de resguardar suas identidades, e demonstrar a veracidade e seriedade da pesquisa.

Identificou-se que na organização do lar, em sua maioria, as atividades são realizadas pelas mulheres. Nesse sentido, importante se faz as considerações de Silva (2009b, p. 34) ao afirmar que “[...] a execução de tarefas no âmbito familiar é vista pelos homens como trabalho feminino apropriado, não remunerado, obrigação natural feminina, ato de amor”. Em outros há a participação do homem de maneira ativa, ou vedada para o restante da comunidade, que no último contexto, demonstra preconceito em relação à realização das atividades do lar no bairro, por parte dos moradores da comunidade. Ou seja, é como se imperasse ainda nesses espaços uma divisão sexual nos afazeres domésticos. Demonstra que apesar de avanços, essa atividade é pouco realizada por homens. No contexto, os relatos foram de que,

Na maioria das vezes somente as mulheres realizam as atividades domésticas, meu avô raramente faz alguma coisa nesse sentido (E.O., 14 anos).

Só as mulheres participam das atividades domésticas em minha casa (L.R.P., 14 anos).

Em minha casa há atividades realizadas por homens e outras por mulheres. Apesar de todos participarem, tem coisas que os homens não fazem (N.O., 13 anos).

Meu irmão até realiza atividades domésticas, porém somente dentro de casa para que ninguém o veja fazer (R.K., 15 anos).

Meu pai é o “homem” em casa capacitado de fazer as atividades domésticas, quando ele pode ele faz. A meu ver as atividades são bem distribuídas (L.O.D.S., 13 anos).

Concomitante as tarefas diárias do lar, a pesquisa revela que uma das queixas das adolescentes é a falta de liberdade a elas concedida, isso se comparado ao gênero masculino. Aos meninos é concedido mais liberdade para estabelecer e manter suas relações sociais, o que demonstra a perpetuação de comportamentos desiguais entre os gêneros masculino e feminino. Ao mesmo tempo, a sucessão de comportamentos tipificados como masculinos, uma vez que os pais tentam passar adiante certos comportamentos aos filhos homens. Isso é motivo de descontentamento e até desavenças dentro do próprio lar, perceptível nas falas das adolescentes,

“Em minha família meus irmãos não fazem os serviços domésticos, somente as mulheres. Eles têm liberdade e eu não” (L.C.R., 15 anos).

“Tenho uma boa relação com meu irmão, mas não acho que a nossa criação é igual.

Meu pai o ensina a andar, mas não a mim porque sou mulher. Ele pode sair à noite e eu não. Em casa ele realiza as mesmas atividades domésticas que eu, porque ele não é melhor do que eu para não fazer nada” (T.A.V., 15 anos).

“Meus irmãos e eu temos uma boa relação, e também minha irmã. Porém, pelo fato dele ser homem tem mais liberdade” (L.V.S.A., 15 anos).

“Tenho dois irmãos e brigamos muito. Meu pai os trata muito diferentes de mim, muitas coisas que eles fazem eu na posso fazer, porque sou menina” (F.S., 14 anos).

“Meu irmão sai na hora em que quiser, vai a qualquer lugar, vai à igreja quando quer. Eu não posso fazer nada disso” (A.V., 14 anos).

A liberdade concedida a ambos os gêneros é causa de muitas discordâncias em mais de 82,14% das falas das meninas no grupo pesquisado. Os ambientes que podem ou não frequentar, as regras que devem seguir e as condutas são vistas por elas como desiguais. Deparamo-nos com o que Simone de Beauvoir ainda na década de 1970 já afirmava “[...] os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições” (BEAUVOIR, 1970, p. 14). Através dos relatos, compreende-se que para a família, a imagem da menina perante a sociedade é motivo de preocupação e, portanto, a maneira como passam seus ensinamentos, é reflexo do olhar da sociedade.

“Lá em casa eu não posso sair porque sou menina e meus pais não deixam” (L.A., 15 anos).

“Em minha casa meninas não podem sair para forró, um social, essas coisas. No máximo, o que posso fazer é ir à casa de minhas amigas” (J.F.S., 14 anos).

“As meninas devem ter comportamento de mocinhas, não devem sair à noite sozinhas e nem ir a festas” (T.A.V., 15 anos).

“As meninas são tratadas de maneira diferente dos meninos. Eles podem sair à vontade, namorar, andar com todo mundo. Diferente das meninas” (L.C.R., 15 anos).

“Sou ensinada a ter um comportamento descente. Uma menina que anda demais com um menino já está de assanhamento. Para meus pais isso não é certo, tem que arrumar um só namorado e casar” (L.O.D.S., 13 anos).

“Devo ser bem comportada, educada, não andar com garotos, agir como uma dama, etc.” ... (E.O., 14 anos).

“As meninas devem se comportar como boas moças e fazer todos os deveres de casa” (K.V.S., 14 anos).

“Podemos lavar, passar, fazer comida, etc. Mas não podemos ficar após as 20:30 na rua e nem levar amigos ou amigas para casa” (A.R.S., 14 anos).

“Meninas não podem ficar perto de meninos, brincar com meninos, fazer coisas que meninos fazem” (C.C.L., 15 anos).

“Minha família acha que meninas não podem sair sozinhas, mas os meninos podem” (E.G.A., 15 anos).

“Devo me comportar de maneira que não posso fazer o mesmo que os homens” (F.S., 15 anos).

“Sou criada para ser respeitada, não sair para todos os lugares. O namoro é só em casa com os pais olhando. Com o meu irmão tudo é mais liberal” (L.V.S.A., 15 anos).

“Não posso sair de short curto. Na minha casa o que faço é limpar tudo, aí às vezes meu pai me deixa sair na parte da tarde, levando e indo buscar” (P.V., 14 anos).

“Tenho que usar roupas decentes, não ficar de assanhamento, não sair sozinha e nem namorar” (N.C.G., 15 anos).

A intensidade do controle dos corpos femininos, através da censura do vestuário e horários, por exemplo, que em pleno início do terceiro decênio do século XXI, em muitas comunidades constituem códigos de honra (SILVA, 2009b), evidenciado nos relatos descritos. Os padrões estabelecidos como naturais e corretos a serem seguidos, assim como os ambientes frequentados e as roupas que usam são elementos capazes de taxar as mulheres como imorais ou morais, perante os demais sujeitos da comunidade. As adolescentes reconhecem que entre os meninos/adolescentes esses mesmos elementos não são levados em consideração. Assim algumas, pontuaram:

“Pelo tamanho do short, blusa e pelo decote as meninas são tidas como imorais” (P.V., 14 anos).

“Apesar de não falarem abertamente, as pessoas demonstram através de olhar de reprovação a roupa das meninas um pouco mais curta ou que marca o corpo” (L.O.D.S., 13 anos).

“Já ouvi meninas sendo chamadas de vários nomes feios devido à roupa que usavam ao passar pela rua. As pessoas não respeitam como as meninas gostam de se vestir” (L.R.P., 14 anos).

“Em meu bairro, quando uma menina veste roupa curta os homens ficam mexendo com elas, quando passam pela rua. Acho que isso é primeiramente uma falta de respeito, é constrangedor” (A.V., 14 anos).

As experiências subjetivas proporcionam as meninas e mulheres desenvolver suas preferências e influenciam nas tomadas de decisões futuras. Não deve ser regra a construção familiar, tampouco as decisões sobre a maternidade como elemento que vincula a menina/mulher a figura feminina e a feminilidade. Isso é bem entendido entre o grupo pesquisado, no qual todas as meninas pretendem concluir um curso superior, e planejam os demais passos após esse processo. Assim como algumas demonstram a vontade em relação ao matrimônio e a maternidade, há aquelas que não projetam nem uma coisa e nem outra, optando por uma vida completamente livre e bem sucedida profissionalmente. A vontade de exercer a maternidade como reprodução independente, é ainda levada em consideração entre discentes do grupo pesquisado,

“Eu espero futuramente me formar em direito, ajudar minha família, casar e não ter filhos” (L.C.R., 15 anos).

“Primeiramente quero fazer faculdade, mas ainda não escolhi o curso. Não desejo ser mãe. Prefiro ter minha casa e meu emprego” (A.R.S., 14 anos).

“Daqui alguns anos eu pretendo morar sozinha e fazer um curso de gastronomia. Não planejo formar família, e principalmente ter filhos” (C.S., 14 anos).

“Eu espero uma carreira bem sucedida na área da medicina, ter uma vida bem estruturada. Me auto sustentar para não depender de homem” (T.A.V., 15 anos).

“Planejo ter um bom emprego, ter uma casa própria e me formar em medicina veterinária. Quero ter dois filhos (sem marido) e ser independente” (L.R.P., 14 anos).

Em relação à comunidade imperam diferenças, que refletem na vivência e no comportamento no interior do lar. Elas compreendem que há mulheres em condições de submissão aos homens, chegam a classificá-las como “empregadas” de seus companheiros.

Enquanto outras que conquistaram seu espaço na sociedade e são independentes são taxadas como “pra frente”. Uma denominação muito comum nas comunidades para classificar pessoas que possuem comportamento indesejado quando analisados sobre olhares que reprimem. Nesse contexto, as adolescentes descrevem que,

“Não sei por qual motivo, algumas mulheres, são tão submissas aos homens” (C.R.B., 15 anos).

“Tem mulheres que mantem relações normais com seus maridos, nada de mimar como se fosse um bebê” (E.G.A., 13 anos).

“Eu vivo em um bairro onde as mulheres são tratadas de maneira muito desigual. Submissas aos seus maridos” (C.C.L., 15 anos).

“Em meu bairro as mulheres são tratadas como “empregadas”. Elas tomam conta de tudo, eles trabalham fora e acham que é o suficiente” (L.C.R., 15 anos).

“Enquanto algumas são submissas ao esposo e vistas como dona do lar, outras são classificadas como “pra frente” porque se auto sustentam” (T.A.V., 15 anos).

“As mulheres ainda são vistas com desigualdade em relação aos homens, minha mãe, por exemplo, não pode trabalhar, tem que ficar em casa enquanto o meu pai trabalha” (L.R.P., 14 anos).

Encontra-se nos estudos de Connell e Pearse (2015) que a construção da identidade está relacionada às experiências, é variável e ligada à condição do gênero compreendido nos locais onde a pessoa vive. Os padrões podem ser aceitos a partir das experiências, ou construídos concomitante a identidade humana, oposto ao vivenciado. Diante disso as adolescentes classificam as relações entre os sexos feminino e masculino como desiguais, onde os homens têm mais direitos, enquanto as mulheres seguem padrões impostos, possuem menos direitos e mais deveres que os homens. Das meninas entrevistadas, 7,15 % consideram essa relação igual,

“Alguns homens falam que atividades domésticas são para as mulheres e não para os homens” (I.C.S.N., 14 anos).

“O homem possui mais direitos e a mulher muito mais deveres. Eles saem mais, as mulheres não podem sair. Elas limpam e eles olham” (P.V., 14 anos).

“Eu acho que homens e mulheres possuem relações muito desiguais. Os homens fazem quase tudo o que querem, e as mulheres quase nada” (K.V.G., 15 anos).

“Em algumas casas já vi homens colocando o lixo na lixeira, cuidando da casa e dos filhos enquanto a mulher saía para trabalhar. Varia muito de família para família” (K.V.S., 14 anos).

“Eu acho que eles deveriam ter os mesmos direitos e deveres, mas em meu bairro o homem é tratado como o “rei” e a mulher como “escrava”. Vamos dizer assim” (L.C.R., 15 anos).

“Eu vejo que os homens têm mais direitos que as mulheres e as mulheres mais deveres que os homens” (L.R.P., 14 anos).

A análise da pesquisa permite chegar à conclusão que em espaços marcados pelas diferenças entre o gênero feminino e masculino, as meninas planejam independência financeira para a fase adulta e não almejam construir família. Deixam clara a intenção de não ter parceiros, com quem se conviva diariamente, no mesmo recinto, e de não ter filhos. Tais contextos demonstram que

as jovens meninas conseguem observar as condutas ao seu entorno. Devido às discordâncias entre o que observam e o que consideram ser correto, optam por escolher suas relações sociais e afetivas, no futuro, e desfrutar da liberdade ao qual na contemporaneidade não possuem.

De acordo com Connell e Pearse (2015, p. 34) “[...] ou reivindicamos um lugar na ordem de gênero ou respondemos ao lugar que nos é dado, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana”. A figura paterna é sem dúvidas aquela que as mesmas mais levaram em consideração no momento da entrevista. Tanto que em alguns depoimentos há o pai como aquele que acentua as diferenças existentes nas condutas de gênero, nega uma mesma ação seja realizada entre as meninas e seus irmãos, por exemplo. Acreditamos que isto, é de certa forma insumo para que elas não planejem se casar, ou almejem serem mães independentes, sem a presença do pai.

As marcas no corpo são observadas ao menos de duas maneiras distintas: no olhar daquelas que vivem o espaço e por aqueles que emitem opiniões, mas não experiência do mesmo gênero. É ao mesmo tempo um caso de poder e resistência. Sempre haverá o outro (a) nas relações grupais, mas que se centralizam fora dessa zona onde as experiências ocorrem. Nesse sentido, as inquietudes que conduzem o caminhar da pesquisa devem ser centralizadas no estudo do fenômeno, na construção da sociedade, na compreensão do ser e do poder, e nas perspectivas dos agentes envolvidos nesse processo, que no caso, centralizam-se na formação da identidade de jovens meninas. É um trabalho árduo, porém gratificante.

Através disto, são dadas condições de reelaborar contextos historicamente construídos sob crenças culturais e articuladas sobre hierarquias de poder em consonância ao espaço geográfico construído e compartilhado entre todos os agentes, que independente do gênero, formam a sociedade. Nesse sentido os apontamentos de David Harvey (2004) são válidos, uma vez que impulsionam as pessoas ao conhecimento de novos contextos, em que seja necessário saírem do mundo míope ao qual vivem e enxerguem realidades opostas, entretanto com a veracidade tanto quanto suas concepções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar no campo das subjetividades humanas é mergulhar num mundo de sentimentos e concepções relativas proporcionadas pelas experiências e o modo sobre cada qual reage às condições que lhe são dadas ou impostas. Na construção da identidade feminina o olhar do outro e os padrões estabelecidos como aceitáveis interferem e causam inquietações em adolescentes que compartilham o tempo e o espaço e vê nas relações de gênero o descompasso existente.

Diante desse contexto a pesquisa proporcionou o conhecimento das relações de gênero sobre alguns pontos, teve a família e a comunidade como lugares de referência, ou ainda como instituições que interferem diretamente no decorrer da formação da identidade feminina. É fato que, apesar de algumas mudanças ocorridas desde que às relações de gênero passaram a ser discutidas, o arquétipo heteronormativo masculino se perpetua em um ou outro contexto. A independência financeira é citada como o passaporte para a não subordinação. Ademais, a partir do que vivenciam projetam seus caminhos futuros, baseado nas considerações sobre a necessidade da equidade de gênero e do respeito ao ser humano.

Foi possível mergulhar na vida das discentes através das suas histórias de vidas, contadas com muitas emoções, vigores e ânimos, com desejos de fazer ouvir as suas vozes pelo mundo externo. Apesar de saberem que há padrões impostos às mulheres como se fosse algo normal e necessário, não concordam e buscam por um tratamento justo e igualitário no espaço onde vivem. Acreditam ainda, que a educação é um caminho que conduz a esse desfecho.

Com a mesma proporção concretizou-se a concepção da importância que tem a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty de ir além do material, da objetividade ou da coisa em si. Pode-se ver em cada detalhe o que não é dito por meio de palavras. Muitas vezes, na sociedade humana contemporânea, a presença do outro não é valorizada, ou é valorizada simplesmente como um objeto ao serviço de outros indivíduos e não como sujeitos capazes de refletir e pensar sobre seu papel, e a importância de sua presença no espaço geográfico onde vivem, objetiva-se contribuir para uma sociedade mais justa.

A geografia enquanto ciência que compõem a área das humanidades, desde os anos de 1980 tem ampliado o debate nas relações sociais de gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. Diante desse contexto, o estudo orientou numa compreensão muito mais profunda das vivências do gênero feminino, além de suscitar pesquisadores e pesquisadoras que se interessam nesse campo vasto e interessante a ser estudado, bem como colaborar na construção de uma sociedade onde os seres humanos se sintam em suas casas, e em suas comunidades como pessoas que fazem parte desse meio, e não como estranhos (as), independente do gênero.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Decreta o código eleitoral. 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.** 2018. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global.** São Paulo: Versos, 2015.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e a representação. **Estudos Feministas/UFSC.** Florianópolis, n. 2, p. 291-308, 2007.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.
- IBGE. **Ariquemes.** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ariquemes/panorama>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006.
- SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p.71-99. 1995. Disponível em: <https://seer.ufg.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- SILVA, J.M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J.M. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009a. p. 54-92.
- SILVA, J.M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J.M. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009b. p. 25-53.
- SILVA, S.M.V. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.**

Ponta Grossa, n. 2, p. 106 - 117, 2013.

SOARES, D.Z.; SILVA, Q.M.; BARATA, C.S.; LOCATELLI, M. O Parque Botânico de Ariquemes – RO: alternativa de lazer e preservação dos recursos naturais no meio urbano. *In*: CERQUEIRA, C.C.A.X.; LOCATELLI, M.; SOUZA JUNIOR, B.M. (orgs.).

Transformação espacial: construção do espaço geográfico. Curitiba: CRV, 2018. 162 p.

SOUSA, L.G.P.; SOMBRIO, M.M.O.; LOPES, M.M. Para ler Bertha Lutz. **Cad. Pagu**, Campinas/SP, n. 24, p. 315-325, 2005.

WASZAK, A.I. A inserção feminina na política: uma análise da primeira edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. **Revista Vernáculo**, Curitiba-PR, n. 2, p. 12-30, 2015.